



APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETO: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM OS POVOS INY, APYÃWA E MEBÊNGÔKRE

GT 4: Educação e Povos Indígenas

Relato de experiência

Juliany Teixeira REIS (Docente Formadora da rede estadual/Confresa/Mato Grosso)
juliany.reis@edu.mt.gov.br

Gisele Naiara de Oliveira SILVA (Docente Formadora da rede estadual/Confresa/Mato Grosso)
gisele-naiara.silva@edu.mt.gov.br

Jéssica da Silva ALVES (Docente Formadora da rede estadual/Confresa/Mato Grosso)
jessica-silva.alves@edu.mt.gov.br

1 Introdução

Este relato apresenta a experiência vivenciada na Formação de Professores Indígenas na Escola Estadual Indígena Bepkororoti, dos povos Mebêngôkre (Kayapó) e na Escola Estadual Hawalorá dos povos Apyãwa (Tapirapé) e Yny (Karajá) residentes em território indígena, respectivamente nos municípios de São José do Xingu e Santa Terezinha, no estado de Mato Grosso. A Formação da qual mencionamos, compõe a Política Pública Estadual de valorização dos profissionais docentes, denominada Formação Continuada do Sistema Estruturado de Ensino, em consonância com os princípios da modalidade de Educação Escolar Indígena, que se fundamentam no respeito às formas tradicionais e na organização sociocultural e lingüística de cada povo.

Partindo do Princípio de que a Educação Escolar Indígena deve considerar os saberes indígenas e, permitir que a comunidade indígena seja protagonista no seu processo educacional, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso- SEDUC, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento, orienta que cada Diretoria Regional de Educação- DRE, estruture a Formação Docente Indígena a partir das singularidades de cada povo.

Em diálogos contínuos com os povos Mebêngôkre, Iny e Apyãwa, realizados ao longo de um ano, construímos uma formação que tem como objetivo fortalecer e registrar seus saberes, contribuindo para a valorização da identidade cultural. A proposta formativa construída, respeita os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e está fundamentada numa metodologia ativa de ensino, que é a Aprendizagem Baseada em Projeto, doravante ABP.

Realização





2 Aprendizagem Baseada em Projetos

A ABP é uma metodologia educacional que promove o aprendizado ativo e significativo, através da realização de projetos práticos e contextualizados. Na educação indígena, essa abordagem permite a integração dos conhecimentos tradicionais e científicos, respeitando e valorizando a cultura e os saberes ancestrais dos povos indígenas. Borges *et al* (2011) reforça que a ABP é uma proposta pedagógica que consiste no ensino centrado no estudante e baseado na solução de problemas, favorece o desenvolvimento de habilidades de comunicação para trabalho em pequenos grupos, exposição de ideias, capacidade de argumentação e crítica, respeitando às diferentes opiniões, o senso de responsabilidade, a capacidade de gerenciar projetos e atividades em grupo.

Na educação indígena, a ABP é organizada de maneira a envolver toda a comunidade, incluindo estudantes, professores, líderes comunitários e anciãos. Os projetos são escolhidos com base nas necessidades e interesses da comunidade, garantindo que o aprendizado seja relevante e aplicável ao contexto local.

Os projetos são desenvolvidos em etapas, começando com a identificação de um problema ou tema de interesse, seguido pela pesquisa e planejamento das atividades. A ABP na educação indígena considera os aspectos interculturais e tradicionais dos povos indígenas, isso significa que os projetos são desenhados para respeitar e incorporar as práticas culturais, os idiomas e os conhecimentos tradicionais da comunidade. A interculturalidade é promovida através da integração de saberes científicos e tradicionais, criando um ambiente de aprendizado que valoriza ambas as perspectivas.

Moreira (2022) argumenta que a transmissão de valores e costumes de um povo através da educação é a forma mais eficaz de manter a cultura viva, e nas escolas indígenas é essencial manter a cultura e os saberes tradicionais. A ciência pode ser vista como a busca humana por compreender o universo e o nosso lugar dentro dele (HORGAN, 1998, p. 15), qualquer área de conhecimento pode ser entendida como ciência quando se integra aspectos interculturais e tradicionais.

3 Metodologia

Considerando que a ABP na Educação Escolar Indígena interculturais e tradicionais indígena, pensamos uma proposta interdisciplinar envolvendo as áreas do conhecimento: Linguagem e Ciências da Natureza como proposta formativa. A abordagem deste relato



configura como uma pesquisa qualitativa, Silveira e Córdova (2009) descreve que esse formato de pesquisa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas.

Essa abordagem permite que tanto docentes como estudantes indígenas compreendam fenômenos naturais e tecnológicos a partir de suas próprias perspectivas culturais, ao mesmo tempo em que adquirem habilidades científicas fundamentais.

4 4 Resultados e Discussões

Os documentos oficiais que versam sobre a Educação Escolar Indígena, tais como a Resolução N° 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas e Portaria n° 1.061, 30/10/2013, que institui a Ação Saberes Indígenas na Escola, apontam para a relevância da “promoção de diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, valores, saberes e experiências”, bem como do “reconhecimento do valor e da efetividade pedagógica dos processos próprios e diferenciados de ensino e aprendizagem dos povos e comunidades indígenas”, além disso, destacam a importância de respeitar a diversidade e especificidades dos conteúdos escolares, e a organização de tempos e espaços de aprendizagem.

Desse modo, com o objetivo de levar temas relevantes para os professores indígenas e torná-los protagonistas da própria aprendizagem, desenvolvemos uma proposta formativa baseada na ABP para na Escola Bepkororoti, que está situada no Parque Nacional do Xingu, e na Escola Hawalorá, situada numa comunidade que convivem os povos Tapirapé e Karajá, às margens do Rio Tapirapé, com bastante proximidade da Ilha do Bananal.

A proposta foi estruturada em dois momentos: uma apresentação dos princípios e fundamentos da ABP, seguida de uma oficina prática. Essa abordagem permitiu um diálogo entre a teoria e a experiências dos professores indígenas, promovendo uma construção colaborativa do conhecimento. O modelo de trabalho apresentado a seguir foi aplicado com sucesso nas duas escolas participantes.

Inicialmente, no encontro com os docentes das áreas de Linguagem e Ciências da Natureza, apresentamos a proposta de formação. Ao serem consultados sobre sua adesão, todos demonstraram interesse e concordância. Em seguida, aprofundamos a discussão, indagando sobre suas experiências com projetos pedagógicos e a relevância da temática



proposta para suas práticas. As respostas foram positivas, indicando a necessidade de inovar, mas sem se afastar das particularidades da Educação Escolar Indígena, e das necessidades formativas dos docentes.

Como a teoria da ABP estimula a reflexão crítica e a resolução de problemas reais, começamos a tratar dos conceitos, fazendo um paralelo com contextos do dia a dia, com temáticas que envolvem cultura de cada povo, exemplificando e levantando hipóteses, pois, consideramos que a interculturalidade é promovida através da integração de saberes científicos e tradicionais.

Após o primeiro momento, em que trabalhamos a teoria da ABP em consonância com os contextos reais da aldeia, passamos para o momento da oficina. A primeira parte da oficina foi de apresentação de um modelo do projeto de aprendizagem. Este modelo considera como pontos fundamentais, a questão motriz, objetivos, o público-alvo e as habilidades específicas. Na segunda parte, os professores cursistas puderam dialogar entre si, pensando um projeto de sistematização de saberes para contribuir com a escola que atuam.

Na Escola Hawalorá, a questão motriz escolhida foi “A perda da culinária tradicional”, pois representa uma grande preocupação para a comunidade Iny e Apyãwa. Pratos como o pirão (Utura Uxe), tartaruga feita no casco (Bororó), antes comuns nas refeições diárias, estão cada vez mais raros. Essa situação reflete a perda de um elo vital com a natureza e a história do povo, pois a culinária tradicional vai além da alimentação, sendo um elemento central da identidade cultural dos povos indígenas. A transmissão oral das receitas e técnicas de preparo, antes realizada pelos mais velhos, está sendo interrompida, colocando em risco um conhecimento ancestral que conecta os indígenas à sua cultura e à natureza.

A participação ativa de todos os professores cursistas nas discussões e na elaboração da proposta de projeto demonstra o engajamento com o processo de pensar uma Educação Intercultural. A escolha da Aprendizagem Baseada em Projetos como metodologia que promove o desenvolvimento de habilidades colaborativas e a aprendizagem ativa (BENDER, 2014, p.16), coloca o estudante no centro do processo educativo. Ao adotar essa abordagem, o professor atua como mediador, facilitando a construção do conhecimento a partir das experiências e saberes prévios dos alunos. No contexto indígena, essa perspectiva permite valorizar os conhecimentos tradicionais e construir um currículo que seja relevante e significativo para os estudantes.

A proposta de ABP sugerida pela EEI Bepkororoti, foi sobre a redução e descarte adequado do lixo. Ao serem questionados sobre os problemas na comunidade, perceberam



que nos últimos anos houve um aumento significativo na quantidade de resíduos inorgânicos e tradicionalmente acostumados a lidar com resíduos orgânicos e materiais biodegradáveis, agora enfrentam o desafio de gerenciar embalagens plásticas, latas e outros resíduos inorgânicos.

O principal objetivo da proposta é sensibilizar a comunidade sobre as diferenças entre lixo e promover práticas de descarte adequado, através de atividades educativas. O projeto pretende sensibilizar todos os membros da comunidade sobre a importância da separação correta dos resíduos. Os docentes irão fomentar uma parceria com os servidores da saúde que prestam atendimento na comunidade, a contribuição deles é ressaltar os malefícios que o aumento dos resíduos sólidos podem trazer para a saúde da comunidade.

O projeto é uma iniciativa que combina educação, sustentabilidade e respeito pelos conhecimentos tradicionais, ao esclarecer as diferenças entre lixo e promover práticas de descarte adequado, a comunidade não só melhora sua qualidade de vida, mas também contribui para a preservação do meio ambiente e a valorização de sua cultura.

5 Considerações finais

Consideramos que a proposta foi exitosa, pelos resultados e o nível de engajamento dos cursistas, que demonstraram interesse em desenvolver projetos voltados para os desafios enfrentados pela comunidade. A oportunidade de realizar essa experiência foi de fundamental importância para os professores indígenas, pois nos relataram que a proposta da ABP atendeu as expectativas para a formação. A realização desta etapa formativa foi muito significativa também para nós, que atuamos na formação continuada da DRE-Confresa, uma vez que nos permitiu grande aprendizado acerca dos povos Iny, Apyãwa e Mebêngôkre. Por fim, afirmamos o nosso compromisso enquanto formadoras, de contribuir para com os povos indígenas de nossa DRE, apoiando e fortalecendo uma Educação Escolar Indígena que respeita os saberes linguísticos e socioculturais.

6 Referências

BORGES, Marcos; CHACHÁ, Silvana; QUINTANA, Silvana; FREITAS, Luiz Carlos; RODRIGUES, Maria Lourdes. **Aprendizado Baseado em Problemas**. SIMPÓSIO: Tópicos fundamentais para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde, Medicina (Ribeirão Preto) 2014;47(3): 301-7. Disponível em:



https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/772659/mod_resource/content/2/Aprendizado%20baseado%20em%20problemas.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015. **Fixa Diretrizes Nacionais para a Extensão na Educação Superior Brasileira.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 jan. 2015. Seção 1, p. 11-12.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.061, de 30 de outubro de 2013. **Institui a Ação Saberes Indígenas na Escola.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 out. 2013. Seção 1, p. 10. Disponível em: <https://saberesindigenas.paginas.ufsc.br/files/2017/06/Portaria-n%C2%BA-1.061.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

BENDER, Willian N. **Aprendizagem Baseada em Projeto: Educação diferenciada para o século XXI.** Penso Editora. Porto Alegre-RS, 2014.

HORGAN, John. **O fim da ciência.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Educação Escolar Indígena.** *Revista Educação 10 Anos*, Cuiabá: SEDUC, v. 1, n. 1, p. 20, 2022.

MATO GROSSO. Decreto Nº 1.497, de 10 de outubro de 2022. **Institui o planejamento estratégico Educação 10 Anos e dá outras providências.** *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, 10 out. 2022. Seção 1, p. 3.

MOTTA-ROTH, Désirée. **Letramento científico: sentidos e valores.** Grupo de Trabalho do LABLER/UFMS, Notas de Pesquisa, Santa Maria, RS, v. 1, n. 0, p. 12-25, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/jessi/Downloads/revistas,+3983-17664-1-CE.pdf>. Acesso em 30 set. 2024.